

## **A Nova Velha República Brasileira: Reflexões sobre os protestos de 15 de março de 2015.**

Ana Maria Ribas<sup>1</sup>

Resumo: O presente artigo elabora reflexões sobre os protestos ocorridos em 15 de março de 2015 contra o governo Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como referência a metáfora do palimpsesto para problematizar a *nova velha* República brasileira. A proposta reside em examinar como tais protestos podem ampliar a compreensão do *presente do passado*, desvelando visões de Brasil fundadas em paradigmas de pensamento e discursos/linguagens políticas permeados por tradições culturais e (res)sentimentos coletivos, que constroem e são construídos por um espaço de consenso e conflito permanente entre sujeitos históricos. No escopo de outra percepção das articulações presente, passado e futuro, trata-se de desnaturalizar a ideia do presente como resultado unívoco de um passado transcorrido, considerando as impermanências das sociedades humanas e, portanto, o caráter provisório das interpretações.

Palavras Chave: República brasileira – Partido dos Trabalhadores – protestos – discursos/linguagens políticas – ressentimentos.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de História do Colégio Pedro II, Campus Humaitá II, e do Curso de Pós-Graduação (nível Especialização) em Ensino de História. Editora Responsável e Membro da Comissão Editorial da Revista Encontros do Departamento de História. Colaboradora Externa da Área de Ciências Humanas e Parecerista do BNI do INEP/MEC. Doutora em História pela UERJ. Mestre em História pela UFRJ. Licenciada e Bacharel em História pela PUC-Rio.

“A utopia de Brasília ainda é, em substância, a nossa: constituir, mesmo que sob novas formas, o espaço da pólis como projeto que se coloca acima das explosões, inconstâncias e fragmentações oriundas do mundo privado. Debilitada a noção de bem comum neste início do século XXI, tal projeto deixou de abrigar o futuro para abrigar o passado, o pretérito, o tempo em que a esperança republicana ainda não tinha sido tão amordaçada pela voracidade do privado e ainda não ressoava como ruína. Projetada para o futuro e criada como “utopia”, o lugar do que ainda não é, mas está prestes a ser, Brasília passou a ser o lugar daquilo que poderia ser, mas nunca foi. Pretérito do futuro, mais do que futuro do pretérito, serve, hoje, entre outras funções acometidas, como uma espécie de sítio arqueológico onde recolhemos ruínas e fragmentos de uma república, talvez morta definitivamente, mas ainda úteis ao projeto de um novo espaço cívico a partir do qual pensar a dimensão pública e a liberdade devidas ao humanismo de nossa existência.”

Carlos Antônio Leite Brandão<sup>2</sup>

O presente artigo intenta elaborar reflexões sobre os protestos de 15 de março de 2015 contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como referência a metáfora do palimpsesto para problematizar a *nova velha* República brasileira no entrecruzamento de tantos tempos. Expressão de origem grega, o palimpsesto desvela vários *possíveis* e desvela múltiplas escrituras, ao reelaborar o “pergaminho” que já fora escrito, “lavando” ou “raspando” o *antes*. Não obstante, o ato de lavar ou raspar não significa apagar as reminiscências, os silêncios e/ou as distâncias impostos pelo e no tempo. Porquanto os indícios, os sinais, os fios dos relatos, os rastros do passado (GINZBURG, 1989; 2007) permanecem e evidenciam as disputas em torno da seleção do que os homens se *lembram* e do que eles se *esquecem*. Os homens podem narrar um mesmo episódio, ou um fato ou, ainda, uma vida segundo uma dada visão de mundo, uma certa forma de ver e apreender as coisas, pois guardam consigo os registros impressos no e pelo tempo-espaço em que viveram ou vivem. Enfim, cada narrativa desvela não apenas o que somos, sentimos ou vemos, seja

---

<sup>2</sup> BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Modernidade *Quae Sera Tamen*. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUC-MG)**. Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 208, dez. 2005. Disponível em: [http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20070514091204.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20070514091204.pdf)

individual ou coletivamente, mas também o que ignoramos, silenciemos ou desejamos esquecer acerca da realidade, embora nem sempre consciente e/ou previsível assim.

Um palimpsesto oferece um conjunto de coisas que se entrecruzam, se retraduzem e se transformam, ampliando o nosso entendimento sobre o que são as relações sociais entre os homens; como se constroem visões de mundo; como se forjam tradições culturais; como se elaboram utopias; como são tecidos os laços entre os afetos e o campo político e, em decorrência, como se naturalizam ódios, hostilidades, medos e res(sentimentos), sejam individuais ou coletivos, dentro de condições historicamente determinadas.

Abordando essa questão sob a perspectiva da história, os ressentimentos, ao invés de serem entendidos como portadores de uma essência universal e linear, encontram-se, segundo Ansart (2004, pp.15-36), em constante mutação. Porquanto são germinados no terreno das emoções e servem, consciente e/ou inconscientemente, como fonte de comportamentos e inspirador de atitudes e condutas, muitas vezes destrutivas. As experiências individuais e coletivas de inveja, de ciúme, de inferioridade, de humilhação podem se desdobrar em ódios impotentes e potencialidades permanentes de agressividade que permeiam o campo político, com maior ou menor intensidade. Por tal razão, essas experiências não se constituem prerrogativas dos regimes autoritários, embora nestes o ódio e a vingança ocorram em uma dimensão bem mais ampla e contundente dada as soluções de força seguidas de violência e exterminação institucionalizadas. Mas se fazem presentes, também, na vigência da democracia burguesa, que é elaborada a partir dos referenciais do individualismo, das liberdades individuais e coletivas, da pluralidade de opiniões e da presença declarada das oposições, sob o esteio de

uma economia de mercado. E, por isso, abre espaço para que as mais diversas paixões e sentimentos do homem se manifestem livremente, elaborando formas de projeção sobre inimigos diversos – econômicos, políticos, religiosos, culturais, qual seja –, escamoteando o desprezo dos ricos pelos pobres, e/ou, ainda, desvelando ressentimentos internos contra governantes e instituições. Portanto, tendo como referência as relações entre ressentimentos, história e memória para repensar os protestos do dia 15 de março de 2015, cumpre entender que:

O ódio recalcado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo. Daí, hoje em dia, a facilidade com a qual indivíduos se reagrupam para gritar sua agressividade e inventar signos festivos que expressem seu desejo de vingança”. (ANSART, 2004, p. 22).

Necessário, pois, transpor a linearidade da cronologia que afasta, enraizando *afastamentos* ou *ausências* aparentemente intransponíveis, a fim de avançar no entendimento da realidade histórica que deu base e originou tantas expressões de ressentimentos nos protestos ocorridos em diversos cantos do país. Já que é preciso perguntar para quem, para quê e o quê significaram essas manifestações de rua e se os mesmos desejaram enfrentar propositivamente os impasses *pari passu* a busca de novos rumos e de mudanças efetivas dentro da democracia. Tendo em vista as bases sobre as quais se construiu e se afirmou, historicamente, a República brasileira, as indagações de Ansart (2004, p.22) adequam-se à nossa reflexão acerca desses protestos contra o governo. Vejamos:

Qual é a solidariedade viabilizada pelo ressentimento coletivo? Como se operam os movimentos que conduzem à ação? Como os provocadores, os demagogos utilizam os ressentimentos para suscitar fusões emocionais e assegurar-se, desta forma, do apoio dos cidadãos?

Trata-se de tentar “escovar a história a contrapelo”, como advertira Benjamin

(1994, p. 225), contra a intenção de quem as produziu, reconhecendo opacidades, lacunas e resistências que deixaram interrogações a serem revisitadas pelo historiador. Porquanto os artesãos desses discursos são homens que se comprometeram a narrar uma história, selecionando e reunindo fatos e informações, conforme códigos apre(e)ndidos de tradições culturais, tendo em vista forjar nexos de pertencimento a um passado. Os discursos políticos constroem utopias de Brasil que se constituem seletiva e valorizante de determinadas ideias, imagens e sistema de valores, as quais vêm sendo apropriados e reconhecidos para representar o social. Assim fazendo, esses mesmos discursos imprimem, guardadas as devidas singularidades, marcas na cultura política ao envolver em uma rede simbólica e metafórica o imaginário social e os sentimentos humanos quando confrontam o “bem” e o “mal”, resultantes da vida social, e se auto intitulam herdeiros legítimos das esperanças individuais e coletivas.

O 15 de março?! 2015 – Movimento de protesto contra o governo Dilma Rousseff, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT). Partido que, fundado no bojo das lutas sociais contra a ditadura militar, hasteou as bandeiras da justiça social, da democracia e da ética. 1985 – Posse do vice-presidente civil José Sarney (cacique maranhense, integrante da Arena e aliado incontestado da ditadura militar) entre a perplexidade da nação e a decisão pautada na Carta Autoritária de 1969, o que gerou polêmicas entre juristas e na própria sociedade. 1990 – Posse de Fernando Collor como presidente da República que fora escolhido, via eleições diretas, pelo povo brasileiro após vinte e um anos de arbítrio, ao abrigo da promessa de reconstrução do país. Integrante de uma rede poderosa de corrupção, com ramificações internacionais, foi alvo do impeachment aprovado por quase unanimidade pelo Congresso Nacional em 1992. 1967 – A Constituição do Estado

Autoritário (artigo 174)<sup>3</sup> definiu 15 de março como dia da posse dos presidentes militares – Costa e Silva em 1967, Ernesto Geisel, em 1974, João Figueiredo, em 1979. Fatos que, para além da ordenação cronológica, dizem muito do Brasil e de práticas político-institucionais, que se encontram atravessadas por uma modernização conservadora, vista enquanto “rota principal para o mundo da indústria moderna” (MOORE JR, 1975, p. 499), porém não emancipadora e permeada pelos legados autoritários do compromisso oligárquico e do poder dos coronéis. Essa percepção está fundamentada na seguinte perspectiva histórica:

(...) a transformação burguesa no Brasil, porque tardia e relacionada com a internacionalização do modo de produção capitalista, efetivou-se de forma autoritária. Deste modo, vemos o autoritarismo presente, hegemonicamente, no processo histórico brasileiro. Tanto o liberalismo quanto o autoritarismo são formas de pensamento possíveis de serem formuladas pela ideologia burguesa, como duas faces da mesma moeda. A hegemonia de uma das vertentes não implica necessariamente a ausência ou impropriedade da outra. O fato de podermos observar a hegemonia do autoritarismo ao longo do processo histórico brasileiro não implica inexistência ou inoperância das idéias liberais. (NEDER, 1979, pp.8-9).

E, por isso mesmo, as práticas político-institucionais vêm sendo adotadas ora às margens ou dentro da lei, ora às avessas ou em nome dos interesses do povo, dentro da longa duração da história. O que reforça à necessidade de historicizar os protestos e investigar os terrenos que os motivaram, em uma tentativa de desembaraçar “o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (GINZBURG, 2007, p. 14).

Considerando que oposição, protestos, movimentos sociais integram e dinamizam qualquer Estado democrático, os mesmos devem propor alternativas e

---

<sup>3</sup> BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. O texto constitucional foi publicado no Diário Oficial da União em 24.1.1967. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)

elaborar críticas desde que estejam definidos o teor e os termos dos mesmos. Portadoras de um amálgama significativo, as manifestações do “15 de março” transformaram-se, não ao acaso, em um marco histórico identificado ao “renascimento da democracia”, conforme defendido pelas forças conservadoras representadas por lideranças políticas, elites<sup>4</sup> urbanas e rurais e setores das classes médias e impulsionado pela grande mídia. Claro está que os lemas utilizados nas faixas foram tomados, acriticamente, como verdades, e logo passaram a representar bandeiras (pretensamente) legítimas do desejo da maioria dos brasileiros contra o que fora nomeado como desordem, perigo e corrupção reinantes no país. “Fora Dilma”; “Queremos só Ministério Público e Polícia Federal”; “Fora PT”; “PT Nunca Mais”; “Lula na cadeia”; “Intervenção Militar já!”; “Fora Satã comunistas”; “SOS Forças Armadas”; “Fora corruptos, intervenção militar!”, “Impeachment já!”, “Dilma, eu pago sua passagem para a Indonésia”; “A culpa não é minha, eu votei no Aécio”; “O Brasil - nova Cuba”; “Socialismo, comunismo no Brasil, não!”<sup>5</sup> – lemas que, junto aos bonecos enforcados (representando a Dilma e o Lula), querem dizer muita coisa sobre a sociedade brasileira, afora as insatisfações e discordâncias de toda a natureza com as gestões petistas (fossem elas procedentes ou não), reconhecendo como pano de fundo o avanço da globalização e do conformismo burguês sustentado pelo tradicionalismo e pelo

---

<sup>4</sup> O termo *elite* está sendo aqui empregado conforme a definição enunciada pela teoria das elites, qual seja: o entendimento de que em toda sociedade uma minoria é sempre quem detém o poder em suas várias formas, diante de uma maioria que não o possui. Todas as teorias de elite tiveram origem e se desenvolveram, particularmente, em relação ao estudo das elites políticas; podendo-se, portanto, definir também tais teorias como as que afirmam que em qualquer sociedade a elite tem o poder de tomar e impor, mesmo em última instância recorrendo à força, decisões para todos os membros do coletivo; assim como, as pessoas que a compõem pertencem a círculo reduzido. A esse respeito, ver BOBBIO, 2004, p. 385-91.

<sup>5</sup> Os referidos lemas foram retirados de periódicos nacionais, como O Globo, Estado de São Paulo, em matérias do dia 16 de março de 2015, além da publicização feita por canais de televisão, como Globo e Record, e semanários como Veja e Isto é.

elitismo. Em uma dimensão geral, os discursos foram antidemocráticos e incitaram o ódio coletivo, pois ora personalizaram equivocadamente o processo histórico; ora demarcaram a não aceitação das diferenças; ora se serviram de retóricas<sup>6</sup> extemporâneas; ora aludiram a uma posição nitidamente golpista; ora queriam substituir o domínio de certas forças políticas brasileiras por outras. E ainda – publicizaram a crença de que os problemas do Brasil podem ser resolvidos em um “passe de mágica”, lançando mão do autoritarismo para garantir posições de classe ou produzindo um novo “Salvador” (GIRARDET, 1987) para ser o fiador da reordenação do país, visto como política e economicamente instável. Importa dizer que a ideia de salvação (que compõe um dos arquétipos da mitologia política) é sempre perigosa, porque, para além de desarticular o sentido positivo do político, descola-se do que deve ser, de direito e de fato, uma República.

Dois temas conexos representativos das linguagens políticas do “15 de março de 2015” merecem ser destacados. As visões expressas pelos manifestantes, por meio de *slogans*, evidenciaram, sob outros cenários e protagonismos, a luta de classes no interior de uma sociedade que, historicamente, se construiu excludente e cindida e, assim, se legitimou sob os signos da intolerância, da exclusão e da violência. Signos que, articulados aos mecanismos de consenso necessários ao domínio, apontam para uma apropriação enviesada (mas não *fora do lugar*) do modelo liberal e fundamentam uma dada noção de comunidade nacional. Indo além de uma leitura de ocultamento das contradições sociais ou de legitimidade da autoridade, o discurso político serve de terreno à

---

<sup>6</sup> Retórica, ao invés de algo baseado em persuasão e sedução, está sendo utilizada aqui como um referencial compatível com a prova, que é um dos eixos que orienta a interrogação da documentação e, portanto, uma das bases do trabalho artesanal do historiador. (Cf. GINZBURG, 2002.)



memória coletiva, pois deseja integrar a comunidade nacional em torno de acontecimentos e ícones que ela considera fundamentais à elaboração de sua identidade. E, também, os preserva, por meio do universo simbólico, para que eles se transformem em objetos de crença de todo um grupo. Tais discursos devem garantir (particularmente em momentos de crise e/ou instabilidade política e social) as necessárias identificações governante-povo/indivíduo-coletividade; o que supõe reordenar a sociedade brasileira como espaço de unidade e de pertencimento a um passado que deve (e precisa ser) ser reproduzido e compartilhado.

O primeiro tema relacionou-se às retóricas do “perigo vermelho”, da “nova Cuba”, do comunismo associado ao PT que, fecundadas originalmente em outro terreno, foram reapropriadas para protagonizar as manifestações de 15 de março.

Retóricas que remetem aos conturbados tempos do governo João Goulart, quando se evidenciaram as fraturas da sociedade brasileira junto à radicalização dos debates de como viabilizar o desenvolvimento/ autonomia do país, em uma conjuntura definida pela Guerra Fria. A paradigmática



“Marcha da Família com Deus, pela Liberdade”<sup>7</sup>, ocorrida em 1964, expressara o ódio dominante e o medo associado aos discursos de ruptura da ordem interna e de ameaça do comunismo capitaneados pelo compromisso político e ideológico dos Estados Unidos de internacionalizar os antagonismos capitalismo versus socialismo/comunismo, no âmbito de um projeto de hegemonia planetária. Quanto

<sup>7</sup> Imagem disponível em: <http://www.blogdacidadania.com.br/2015/08/quando-as-imagens-explicam-melhor-a-politica-do-que-as-palavras/> Acesso em: 10/04/2015.

à preocupação com as Américas, devemos considerar a implantação do socialismo em Cuba na década de 1960, o que se desdobrou em fortes redefinições geopolíticas para salvaguardar o capitalismo e a hegemonia dos EUA. Discursos que, reeditados nos protestos, retomaram paradigmas da Guerra Fria para identificar o *inimigo*, manifestar o ódio às ideologias de esquerda e grifar os antagonismos irreconciliáveis frente ao petismo e a qualquer política social, ainda que ao preço da brutalização do campo político. Com isso, tais discursos demarcaram uma ideia conservadora de “união nacional” ainda tão cara às relações de poder<sup>8</sup> que sustentam a *nova velha* República brasileira.

O segundo evidenciou a opção pelo autoritarismo em momentos de conflito e/ou crise no Brasil, conforme defendida pelos manifestantes do dia 15 de março que pugnaram pela intervenção do poder militar como tributário da ordem interna e, portanto, caminho capaz de solucionar o que fora definido como os “males” introduzidos no país ao longo dos últimos doze anos. Tal postura, além de grifar a negação de qualquer projeto político que minimize o fosso entre “pobres e ricos”, apontou para uma avaliação bastante equivocada ou limitada da conjuntura nacional, parecendo ignorar o que foi e o que representou os vinte e um anos da ditadura militar para o Brasil. Ao que subjaz as indagações de como e por que esse passado teima em ressurgir no presente como “tempo sobrecarregado de energia messiânica” (AVELAR, 2003, p.14). Tempo de contrários e metáforas que o

---

<sup>8</sup> Sobre as relações de poder, baseamo-nos em FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 6 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986. A luz condutora da reflexão é a proposta de uma genealogia do poder, reformulando a concepção de poder nas sociedades contemporâneas e buscando a “heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesma” (p. 21). Por conseguinte, o poder é entendido como algo que estrutura as sociedades humanas, apresentando uma dimensão que não se circunscreve às instituições políticas formais. Por isso, constitui uma das chaves que abre às portas às possíveis explicações sobre o trabalho humano na organização e reprodução da vida social.

qualificam e justificam, por meio de vivências do nosso cotidiano, os muros – sejam os de concreto e os da imaginação social – que separam a *boa sociedade* da *rua* e reúnem aqueles que se auto intitulam arautos da *virtude*, da *moral*, da *justiça* e da *ordem* contra os que são vistos como *degenerados* porque portadores da *desordem* e dos *vícios*.

Nesse sentido, frente à tentativa de desmantelamento dos vínculos do homem com a história, problematizar a ditadura militar ajuda ao repensar do difícil processo de reconstrução democrática do Brasil, permeado pelos efeitos decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado e da institucionalização da violência/tortura como política de Estado com base na Doutrina da Segurança Nacional. Importa dizer que, diante do desfecho histórico impactante, o grande desafio para as forças sociais progressistas e de esquerda, que se aliaram ao nacional-reformismo, era entender a “derrota de 1964”. Intelectuais como Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior e Octavio Ianni, dentre outros, buscaram compreender o processo histórico de formação e afirmação da ordem capitalista e burguesa no Brasil e, em particular, como e por que a burguesia brasileira se internacionalizou nos parâmetros do autoritarismo. Além de reelaborar a versão unilateral sobre o Governo Goulart, então associados à mitologia política da desordem social, da República Sindicalista e da ameaça do comunismo. A transição do poder militar para o poder civil, através de uma nova composição pelo alto das forças sociais dominantes na sociedade, batizada como Nova República, reafirmou o perdão aos partícipes do Estado autoritário (já garantido pela Lei da

Anistia de 1979<sup>9</sup>) e colocou à tona os impasses políticos e institucionais e os efeitos da crise econômico-financeira e social:

A ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democratização *sui generis*, que sairia das entranhas do regime, como sangue do seu sangue. Os militares, desde Geisel e principalmente sob Figueiredo, sonharam com essa forma de 'transição', que convertia o Brasil em uma imensa bacia de Pilatos. (FERNANDES, 1986, p. 19.)

Ademais, considerando-se o teor dos protestos, ressaltam-se alguns temas deveras preocupantes e graves, que confluem para o desconhecimento (ou desvalorização) acerca <sup>(a)</sup> do que é o Brasil e das trajetórias de outros países latino-americanos; <sup>(b)</sup> dos princípios e propostas que fundamentam o socialismo marxista (em seus vários matizes), bem como das experiências históricas dos regimes ditos comunistas, e, ainda, <sup>(c)</sup> das políticas públicas sociais no âmbito do capitalismo, cujas críticas interditas dos manifestantes foram identificadas a uma orientação comunista. Tudo isso serviu para travestir a defesa de privilégios de classe e o tradicionalismo dos manifestantes como oposição ao PT e à orientação política e ideológica dos governos Lula e Dilma, e, de forma ampla, a qualquer projeto de centro-esquerda ou de esquerda. Tais questões esvaziam as interlocuções e as possibilidades de negociação entre as forças políticas, além de enfraquecer a própria posição do Brasil em âmbitos regional e internacional.

O projeto político inicial do PT, enunciado na Carta de Princípios<sup>10</sup>, abraçou os ideais de um socialismo democrático, coligado à “emancipação dos

---

<sup>9</sup> A Lei da Anistia, decretada em 1979, não atingiu os integrantes da luta armada, sob a alegação de que estavam envolvidos em “crimes de sangue contra a segurança nacional”. Mas era necessário anistiar a repressão política institucionalizada feita em nome da ordem, o que significava não punir os militares envolvidos em crimes de tortura e assassinato. Portanto, a anistia deveria ser orientada para ‘absolver’ os responsáveis por crimes contra pessoas em nome da segurança do Estado. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadeprincipios.pdf> Acesso em: 05/04/2015

trabalhadores” e a “luta contra o domínio do capital monopolista”, porém não se concretizaram. O PT não realizou as reformas necessárias ao avanço do Brasil, e cumpriu o que todos os outros partidos políticos sempre fizeram, reproduzindo práticas altamente danosas, dentre as quais, negociar financiamento privado para as campanhas, inclusive com doações de grandes empreiteiras, conforme alertou Florestan Fernandes em entrevista dada em 5 de dezembro de 1994<sup>11</sup>. Claro está a perpetuação pelo PT de alianças com o capital privado e de acordos políticos fisiológicos coligados a um projeto de ocupação do poder. Portanto, o que Florestan entendia como risco de “transmutação do PT em um ‘partido da ordem’ (protótipo do nosso tradicional ‘mudancismo de conciliação conservadora’)” transformou-se em uma dura realidade histórica a ser enfrentada.

Não há socialismo sem democracia da maioria e, por suas transformações, democracia de todos para todos. Esse era e deverá ser, sempre, o roteiro ideológico e político do PT. Ou, então, ele se converterá em um ‘sonho perdido’. (FERNANDES, 1998, p. 180)

No contexto desse “sonho perdido”, claro está o quadro de crise econômica, que seria um dos principais motores dos protestos, pois atinge diretamente os ganhos do capital e o *status quo* da classe média alta, haja vista a estagnação do crescimento, junto às medidas ortodoxas e antipopulares de ajuste fiscal e reorientação de benefícios trabalhistas frente ao descontrole das contas públicas, no âmbito da inércia e paralisação do segundo Governo Dilma. Quadro esse que se amplificou diante da perda da maioria no Congresso Nacional e dos conflitos no interior da própria base governista, apontando para os conflitos entre os poderes

---

<sup>11</sup> Entrevista de Florestan Fernandes. Disponível em: [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/335/entrevistados/florestan\\_fernandes\\_1994.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/335/entrevistados/florestan_fernandes_1994.htm) Acesso em: 05/04/2015

Executivo, Legislativo e Judiciário junto aos sérios desdobramentos da Operação Lava Jato e da Petrobrás. Isso estampou o largo envolvimento de petistas, de sua base aliada e de ex-ministros em crimes de responsabilidade pública, sem desconsiderar os outros partidos, colocando à tona a subserviência do poder político, em um patamar alarmante, aos interesses do capital, além de resultar no enfraquecimento e perda da credibilidade ética do próprio governo. Aspectos que patentearam uma crise de governança com flagrantes dificuldades de articulação do Planalto, evidenciando as amplas fissuras do sistema político-partidário e as fragilidades das instituições republicanas no Brasil.

O discurso anticorrupção, conforme grifado nos protestos, aciona, sem sombra de dúvida, um moralismo de uso externo e alardeia um senso de probidade que se ajustam ao pensamento de muitos indivíduos ou grupos, mesmo que tais premissas não estejam a orientar práticas da vida cotidiana. Assim como, remete a uma ideia de República permeada por práticas oligárquicas e assentada em privilégios materiais e culturais *vis-à-vis* a exclusões e discriminações de todo o tipo, que fragilizam o campo político-institucional. Por conseguinte, é preciso avaliar, com a clareza possível, o que significa a corrupção, endêmica ou pontual nas sociedades capitalistas, e de forma mais contundente em países de desenvolvimento capitalista “tardio”. Esse seria o caso do Brasil, que, dentre outros aspectos, perpetuou tradições culturais e políticas com base em uma percepção patrimonialista da *coisa pública*, além de ter conhecido, circunscritos aos últimos 65 anos, sucessivas intervenções que foram golpeando o Estado de Direito, em nome do “mar de lama” (Segundo Governo Vargas), da “salvaguarda” do poder militar (garantia da posse de JK e Jango e derrubada do Governo Goulart) e/ou da “subversão da ordem” (Governo João Goulart e Manifestações contra o PT e seus

governos). A população, desde a década de 1980, passou a ser mais ou menos informada sobre atos de corrupção graças à gradativa liberdade de imprensa e dos meios de comunicação em geral, antes controlados pela censura, ainda que a mídia oligopolizada insista em divulgar análises parciais e opte por escolher os alvos a serem atingidos; o que hoje expressa, mais do que nunca, uma “midiatização”/“espetacularização da realidade histórica e, especificamente, do campo político e institucional. E, dependendo de como são narrados e publicizados, os atos de corrupção escamoteiam as pressões internas e externas do capital em um mundo globalizado e as decorrentes disputas entre interesses de classes ou frações delas. Isso sublinha as continuidades, em meio às rupturas, no que tange tanto à corrupção endêmica, que atravessa todas as instâncias da federação e os escalões do Estado Republicano brasileiro, quanto aos sérios embates entre modelos, mais ou menos discordantes e opostos, de desenvolvimento nacional.

Essas questões, aqui abordadas, sugerem um quadro bem mais complexo que coloca em xeque a República brasileira. Referimo-nos à permanência de paradigmas de pensamento e formas de comportamento herdadas do passado, que se enraizaram e foram naturalizadas na sociedade brasileira, forjando inúmeras justificativas para a quebra da legalidade constitucional, o desrespeito com a gestão da *coisa pública* (tradução do conceito latino de *res publica*) e posturas antidemocráticas. Há muito presentes no Estado Republicano no Brasil, os lobbies e financiamentos de campanhas, incrustados nos espaços formais do poder tal qual o “ovo da serpente” – metáfora-título do filme do cineasta Ingmar Bergman<sup>12</sup> – vêm

---

<sup>12</sup> O “Ovo da Serpente” é um filme estadunidense e alemão lançado em 29 de outubro de 1977, dirigido e roteirizado pelo sueco Ingmar Bergman, que grosso modo problematiza a questão do fascismo.

resultando em parcerias ilegais e imorais para alavancar interesses econômicos e políticos pela via da obtenção de benefícios governamentais. E a maioria dos políticos, em qualquer das três instâncias do poder, vem atuando muitas vezes, por meio da persuasão, como um lobista, a fim de conseguir que o setor público feche negócio com empresas de seu interesse. As fronteiras voláteis entre público e privado continuaram a moldar as nossas instituições, uma vez que a utilização da máquina estatal para satisfazer interesses particulares impediu a aplicação de normas racionais na administração pública e restringiu, na contramão, a influência e os interesses da coletividade. Em suma, devemos atentar para a manutenção de estruturas político-institucionais frágeis e capilarizadas que continuaram abrindo espaços não legítimos para os mais diversos tipos de alianças e acordos nocivos para a sociedade, não sendo prerrogativa apenas do PT.

A Nova República reafirmou a participação do poder econômico (ditado pelos interesses corporativos do capital) no setor público, não resolveu as vulnerabilidades do regime representativo e não ousou enfrentar as barganhas da administração pública (a fim de cumprir preceitos constitucionais), fragilizando, inclusive, tanto o papel do Direito na normatização da democracia e o da Justiça, na observância dos preceitos jurídicos e direitos sociais. Vejamos:

O banimento da noção de conflito na esfera das relações entre capital e trabalho só favorece “a falaciosa utopia da democracia participativa”, que coloca maior peso nos aspectos formais da cidadania e esquece as questões de fundo, aquelas que dizem respeito ao projeto de emancipação humana do jugo de todas as formas de exploração – que passam, impreterivelmente (ainda que não somente), por questões que dizem respeito às estruturas, ritmos e funções de dada economia sob o impacto do mercado mundial. (FERNANDES, 1998, p. 216).



Mesmo reconhecendo que a política não ocupa um espaço estritamente definido pela razão e enuncia ambivalências que moldam as emoções e afetos do ser humano, tomar como verdades as bandeiras hasteadas nos protestos contra o governo Dilma Rousseff e o PT empobrece o entendimento da conjuntura histórica brasileira. A data de 15 de março de 2015 não apresenta uma linguagem política autoexplicativa nem autorreferencial, haja vista que se abriu as mais diversas interpretações definidas por interesses econômicos corporativos, político-partidários e até mesmo individuais. Isso mostra os limites da República brasileira, incluindo a ausência de uma cultura cívica sólida, identificados a *novos velhos* dilemas que atravessam, guardadas as devidas singularidades, a história contemporânea do Brasil desde os anos 1950. Diante disso, os manifestantes passaram por cima do que significa exercer positivamente a cidadania, demonstrando uma ausência infinita de percepção do presente. Vale indagar se estamos diante de uma falta de acesso à reflexão histórica ou simplesmente observa-se um desprezo deliberado a ela na defesa de interesses compósitos de classe.

Quantas lutas, quantas mobilizações, quantas perdas ocorreram para que fosse possível conquistar o Estado de Direito no Brasil? É necessário refletir como muitos brasileiros entendem os direitos e deveres próprios do exercício da cidadania. Porque acostumados, talvez, a clichês absolutamente anacrônicos para pensar os problemas da nossa contemporaneidade, muitos brasileiros continuam a culpabilizar os governos (seja lá qual for), transferindo para outrem seus próprios vazios e/ou frustrações e, ainda, personificando problemas. Interessante perceber que os setores da sociedade brasileira envolvidos nas manifestações do “15 de março” nunca foram às ruas, em outros tempos, para resistir à entrega de nosso

patrimônio, como ocorreu há décadas atrás. Ou para lutar contra a concentração da terra, a fome e a miséria, geradoras da exclusão social, bem como denunciar a carência nas áreas de educação e saúde, que se avolumaram no país em virtude de sucessivos planos tecnoburocráticos, que não ousaram enfrentar esses desafios e nem admitiram a possibilidade de conjugar, a médio e longo prazos, desenvolvimento social sólido e crescimento da economia brasileira. À guisa de explanação, podemos exemplificar esses impasses com o Plano de Metas do Governo JK e os planos de desenvolvimento enunciados pela ditadura militar, que resultaram, dentro de suas especificidades, em um desastroso quadro social para além dos desdobramentos econômicos e financeiros.

A partir dos anos 1980, em que pese as conquistas rumo ao Estado de Direito, as feridas advindas de um “passado insuportável” (GINZBURG, 2002) não foram, adequada e devidamente, enfrentadas e/ou nem resolvidas. Em outras palavras, na perspectiva do tempo longo ainda caro ao estudo da história, a República brasileira se estruturou e se afirmou somando “os males modernos aos males herdados”<sup>13</sup>. Questão essa que se agravou por força de determinados comportamentos políticos e ações institucionais que se consolidaram no país durante os vinte e um anos de vigência da ditadura militar e foram, sob o Estado de Direito, preservadas. Percepção que fica esclarecida quando atentamos às condições e/ou às pressões sobre as quais os acordos políticos foram estabelecidos no bojo do processo de transição conservadora. Nesse sentido, o mapa do resultado das eleições de 2014 é uma fotografia desse Brasil de tantos

---

<sup>13</sup> Cf. MARX, Karl: **O capital**, livro 1, volume 1. Trad. Reginaldo Sant’anna. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.5.

*males*, sendo o Congresso Nacional o mais conservador dos últimos 60 anos. As bancadas compostas por militares, religiosos e ruralistas aumentaram em termos de representação e se encontram ideologicamente identificadas ao autoritarismo, ao retrocesso político e social, ao conservadorismo cultural, e ao fundamentalismo cristão. Isso recoloca em pauta os dilemas da questão nacional entre nós (SANTOS, 2007), inclusive no que tange a um processo de secularização ainda inconcluso na sociedade brasileira no século XXI.

Como tornar o Brasil uma República Federativa, de direito e de fato, sob outra perspectiva do político e do social? Algumas conquistas sociais aconteceram nos governos petistas, merecendo destaque os mecanismos distributivistas de renda, a democratização do acesso ao ensino superior junto aos impulsos à educação e a vitória do país ao sair do mapa da fome, segundo relatório global da Organização das Nações Unidas<sup>14</sup>. Ainda que tais aspectos sejam relevantes para promover a dignidade da vida humana e minimizar a exclusão social, sabemos que eles são insuficientes para ousar um outro caminho para o Brasil. Da mesma forma, precisamos resistir ao desmonte das políticas sociais; à perda de direitos dos trabalhadores *pari passu* ao alargamento dos mecanismos de exploração do trabalho; à concentração da terra com seus desdobramentos sociais perversos; à privatização sem controle e às nossas custas e, por fim, à ampla dependência da economia brasileira ao sistema financeiro internacional, colocando em risco o controle sobre as riquezas estratégicas e enfrentando as formas de inserção do

---

<sup>14</sup> UNITED NATIONS. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **The state of food insecurity in the world**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf> Acesso em 20.03.2015.

país na nova ordem capitalista e burguesa planetária, cujos campos de interlocução e ação estão longe de serem simétricos ou justos.

As linguagens políticas colaboram para rastrear disputas-acomodações e permanências-rupturas, além de ampliarem a percepção de como a sociedade e/ou as forças sociais representam a si próprias. Enfim, as linguagens dos protestos do “15 de março” ajudam a entender um terreno histórico de disputas intra e inter classes, considerando as contradições materiais e socioculturais impostas pela reprodução do capital. Demarca-se, sim, o temor de enfrentar o *presente do passado*, que se encontra amparado em tradições culturais legitimadoras de posições egoísticas e posturas políticas que esvaziam o nosso direito em exercer a crítica positiva como um dos pilares da própria condição humana.

Como enfrentar formas de pensamento que ainda se fundam na ideia que os representantes devem oferecer ou conduzir as decisões sobre o Brasil, expressando uma cidadania ainda inconclusa? Como reelaborar os discursos políticos que retomam paradigmas da Guerra Fria, incitando a violência dita e interdita? Como enfrentar os revezes e as perdas, sem cairmos em discursos anacrônicos e destrutivos baseados no ódio, na intolerância, no preconceito, na autocomiseração e/ou no conformismo? Eis algumas questões primordiais. Devemos resistir à alienação, à hipocrisia, ao cinismo, ao fetiche das palavras de ordem, aos usos indevidos do passado, com a reedição de nomes, de gritos de guerra e de roupagens, que apresentam “a nova cena da história nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada”, como advertira Marx (s/d, p. 203). Nas ditaduras latino-americanas, os ditadores não se apresentaram enquanto tal, nem os golpistas anunciaram que estavam realizando um *coup d'état*, porém tomaram

o poder baixo os discursos de salvaguarda da democracia e da paz social e de guardião da liberdade e do direito sagrado à propriedade.

A República diz respeito à construção, difusão e consolidação de normas, comportamentos, princípios e valores políticos e ético-morais que reúnem consensualmente as pessoas que vivem em uma sociedade, a fim de que elas possam agir e se fazer representar. Importa, nesse sentido, indagar como a política – enquanto síntese universal das lutas, comportamentos e desejos humanos – viabilizou o exercício da cidadania no modelo republicano. Por conseguinte, obrigamos a repensar a cidadania sob uma dupla vertente, qual seja: a garantia efetiva de direitos e a eficácia de mecanismos de representação e participação políticas para o conjunto da sociedade. E como a cidadania comporta uma dimensão pública fundamental à realização do homem e suas potencialidades e respalda atitudes cívicas e práticas políticas, a discussão da *nova velha* República brasileira, sob uma perspectiva multidecenal, permite problematizar o *drama* que ainda envolve a realidade histórico-cultural do povo brasileiro. Por sua vez, abre sendas que esboçam uma utopia – desejo legível em filigrana – capaz de oferecer outras “estruturas de acolhimento às esperanças colectivas” (BACKSO, 1985, p. 346) e imaginar uma outra perspectiva de República e de sociedade.

A história não se repete, e a linearidade temporal é uma ilusão. Para além do “15 de março”, estamos diante de mais um recomeço, que traz para todos nós o quanto do passado ainda conforma o presente. Não podemos desistir da elaboração de *outros possíveis*, folheando e reelaborando narrativas do palimpsesto – ora “apagadas”, ora “raspadas”, ora “lembradas” – acerca dessa imensidão oligárquica e violenta que é o Brasil republicano de tantos tempos...

Referências:

- AVELAR, Idelber. **Alegoria da derrota** – a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina. Tradução de Saulo Gouveia. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento** – indagações sobre uma questão sensível. SP: Ed. da Unicamp, 2004.
- BACKSO, Bronislaw. Utopia. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem**. Portugal/Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, vol. 5, pp. 333-96.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas** - magia e técnica; arte e política. Tradução Sérgio Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense: 1985, vol. I, p. 222-232.
- BOBBIO, Norberto. A teoria das elites. In: \_\_\_\_\_ & MATTEUCI, Nicola. **Dicionário de Política**. 5 ed. São Paulo/Brasília: Imprensa oficial do estado de São Paulo/Editora da UNB, 2004, p. 385-91.
- FERNANDES, Florestan. **A força do argumento**. São Carlos: UFSCar, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- GINZBURG, Carlo. **Os fios e os rastros** – verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Relações de força** – história, retórica, prova. Trad. Jônatas Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. Sinais – raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais** – morfologia e história. Trad. Frederico Carotti. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-17.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MARK, Karl. O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. In: \_\_\_\_\_ & ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**, vol. 1, São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, pp. 199-285.
- MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia** – senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa/São Paulo: Cosmos/Martins Fontes, 1975.
- NEDER, Gizlene. **Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- RICHTER, Melvin. “Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe.” In: **History and theory**. Middletown, v. 29, n.1, 1990, p. 38-70.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: um problema nacional. In: \_\_\_\_\_. **A invenção do Brasil** – ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, pp. 59-69.

**THE NEW OLD BRAZILIAN REPUBLIC:  
Considerations upon the protests on March 15 2015.**

Abstract: The present article draws up some reflections upon the protests took place in Brazil on March 15 2015 against the government of President Dilma Rousseff and the Workers Party, having as a reference the metaphor of palimpsest in order to problematize the *old new* Brazilian Republic. The proposal is to examine how these protests concerning understanding of *the present of the past* unveil views of Brazil based on overlapping paradigms of thinking and discourses/political languages pervaded by cultural traditions and grievances, which build and are built by a place of permanent consensus and conflict among historical subjects. Relying on a diverse perception of joining present, past and future, these assumptions unfold into an important issue concerning the labour of denaturalizing the present as a univocal result of an elapsed past, taking into consideration the impermanence of human societies, and thus the provisional character of historical interpretations.

Keywords: Brazilian Republic – Worker Party – protests – discourses/political languages – grievances.

*Recebido em: 28/09/2015.*

*Aprovado em: 23/10/2015.*